

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis Individuais da Bradseg Participações S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, conforme o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que incluem as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Empresas Controladas e Coligadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Bradseg Participações S.A., possuía investimentos nas seguintes empresas: Bradesco Seguros S.A., Bradesco Segprev Investimentos Ltda., Bradesco Corretora de Seguros Ltda. e Bradesco Gestão de Saúde S.A. A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, eleito pela Assembleia Geral, e por uma diretoria.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do Capital Social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradseg Participações do mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

Desempenho das Operações

O resultado acumulado do exercício de 2022 foi de R\$ 7,147 bilhões (R\$ 5,193 bilhões em 2021) e o patrimônio líquido somou R\$ 33,302 bilhões em dezembro de 2022 (R\$ 29,345 bilhões em dezembro de 2021).

Investimentos

As aplicações financeiras e os investimentos alcançaram, ao final do exercício, o montante de R\$ 37,401 bilhões (R\$ 38,266 bilhões em 2021).

Os Ativos Financeiros estão classificados nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)", conforme normas contábeis em vigor.

Evento Societário

Em 24 de agosto de 2022 ocorreu o aumento de capital no montante de R\$ 4 milhões.

Maiores detalhes constam na Nota Explicativa nº 11b às Demonstrações Contábeis Individuais.

Gestão de Riscos

A Bradseg Participações adota as melhores práticas de Gestão de Riscos atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que a Companhia está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e os principais frameworks internacionais de controles, tais como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology). Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

A estrutura de Compliance visa a aderência às legislações e regulamentações aplicáveis ao negócio, produtos e serviços. Dentre suas responsabilidades estão: a identificação e avaliação dos riscos regulatórios; o monitoramento e suporte contínuo às atividades destinadas à garantia da conformidade; e o apoio ao acultamento e conscientização dos temas de compliance. As tomadas de decisão e o resguardo aos padrões de conduta e as responsabilidades corporativas são atendidas conforme as governanças estabelecidas.

Prevenção a Fraude

A Bradseg Participações mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater as fraudes, disponibilizando canais de denúncia a todos os públicos de interesse, para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Considerando os requerimentos definidos pelos Órgãos Reguladores, a exigência de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o incremento na velocidade de transformação digital que estamos vivenciando, a Bradseg Participações reafirma o compromisso com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade das informações organizacionais e de seus clientes, com ênfase especial à privacidade, segurança da informação e governança de dados (pessoais e sensíveis), dentro e fora da Organização. Sendo assim, a Bradseg Participações tem acompanhado de forma bastante presente as demandas dos reguladores e as necessidades dos clientes, apoiando-se nas boas práticas de mercado para melhoria da qualidade, transparência e proteção aos dados por meio de processos consistentes e confiáveis, que endoçam os requerimentos legais durante todo o ciclo de tratamento, consumo e expurgo de dados e, com isso, permitem um foco especial à governança de dados e segurança da informação.

Osasco, 9 de março de 2023

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021				
(Em milhares de reais)				
	Notas	2022	2021	
ATIVO				
CIRCULANTE		6.209.588	11.180.013	
Disponível		76	2	
Bancos		76	2	
Aplicações	4	5.402.811	10.241.419	
Títulos e créditos a receber		806.701	938.591	
Títulos e créditos a receber	5	386.096	696.362	
Créditos tributários e previdenciários	6.a	420.605	242.229	
Despesas Antecipadas		-	1	
NÃO CIRCULANTE		33.140.010	28.752.379	
Realizável a longo prazo		1.459.084	1.055.146	
Aplicações	4	317.231	326.928	
Títulos e créditos a receber		1.141.853	728.218	
Créditos tributários e previdenciários	6.a	600.988	300.373	
Depósitos judiciais e fiscais	10.b	540.865	427.845	
Investimentos		31.680.926	27.697.233	
Investimentos em controladas e coligadas	7	31.680.926	27.697.233	
TOTAL DO ATIVO		39.349.598	39.932.392	
				PASSIVO
				CIRCULANTE
				Contas a pagar
				Obrigações a pagar
				Impostos e encargos sociais a recolher
				Impostos e contribuições
				PASSIVO NÃO CIRCULANTE
				Outros débitos
				Provisões judiciais
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO
				Capital social
				Reservas de lucros
				Ajuste de avaliação patrimonial
				Ações em tesouraria
				Lucros acumulados
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MODELO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Resultado antes dos Impostos	7.366.180	5.772.772	
Ajustes para:			
Resultado positivo de equivalência patrimonial	(6.478.649)	(3.921.758)	
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	(47.379)	(14.232)	
Atualização monetária de contingências passivas	47.379	14.232	
Despesas antecipadas	(1)	1	
Lucro ajustado do exercício	887.530	1.851.015	
Variações nas contas patrimoniais aumento/(redução):			
Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	2.617.582	(1.161.654)	
Títulos e créditos a receber	(350.932)	(231.522)	
Contas a pagar	739.855	205.977	
Outros débitos	73.585	95.209	
Caixa gerado/consumido pelas operações	3.080.090	(1.091.990)	
Imposto de renda sobre o lucro pago	(6.046)	(442.644)	
Contribuição social sobre o lucro pago	(119.362)	(160.721)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.842.212	155.660	
Atividades de Investimento			
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.064.590	1.845.186	
Aquisição de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(5.710.068)	(3.994.949)	
Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	7.237.474	4.326.718	
Aquisição de investimentos	(320.000)	(965.897)	
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	3.271.996	1.211.058	
Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	(7.114.134)	(1.366.720)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(7.114.134)	(1.366.720)	
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	74	(2)	
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2	4	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	76	2	
Aumento/redução líquido de caixa e equivalente de caixa	74	(2)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Em milhares de reais)			
	Notas	2022	2021
Receitas operacionais - equivalência Patrimonial	7	6.478.649	3.921.758
Resultado Bruto		6.478.649	3.921.758
Outras despesas/receitas operacionais		(108.227)	(45.019)
Despesas administrativas	13. a	(64.391)	(49.538)
Despesas tributárias	13. b	(73.695)	(101.136)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		6.232.336	3.726.065
Resultado financeiro	13. c	1.133.844	2.046.707
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		7.366.180	5.772.772
Imposto de renda	13. d	(160.196)	(427.969)
Contribuição social	13. d	(58.723)	(151.350)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.147.261	5.193.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021			
(Em milhares de reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	7.147.261	5.193.453	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(703.317)	(2.488.474)	
Companhia			
Investidas	(1.003.926)	(5.436.122)	
Imposto de renda e contribuição social	239.128	846.081	
Total do resultado abrangente do exercício	5.679.146	(1.885.062)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021							
(Em milhares de reais)							
	Capital Social	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Ações de tesouraria	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	18.221.181	2.108.284	10.466.824	5.016.536	(19.911)	-	35.792.914
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(1.642.393)	-	-	(1.642.393)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	(5.436.122)	-	-	(5.436.122)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	(7.452)	-	-	-	(7.452)
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	(75.201)	-	(75.201)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	5.193.453	5.193.453
Proposta para destinação do lucro líquido	-	259.673	453.646	-	-	(713.319)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.480.134)	(1.480.134)
Destinação dividendos extra	-	-	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	18.221.181	2.367.957	10.913.018	(2.061.979)	(95.112)	-	29.345.065
Aumento/Redução de Capital:							
- Aumento de capital conforme AGE de 24.08.2022	4.219	-	-	-	-	-	4.219
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	(464.189)	-	208.535	(255.654)
Ajustes com títulos e valores mobiliários - reflexa	-	-	-	(1.740.569)	-	736.643	(1.003.926)
Outorga de ações reconhecida em Controlada	-	-	2.505	-	-	-	2.505
Ações em tesouraria reconhecida em Controlada	-	-	-	-	(78.264)	-	(78.264)
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.147.261	7.147.261
Proposta para destinação do lucro líquido	-	357.362	4.752.929	-	-	(5.110.291)	-
Dividendos Propostos	-	-	177.996	-	-	(2.036.970)	(1.858.974)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18.225.400	2.725.319	15.846.448	(4.266.737)	(173.376)	945.178	33.302.232

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Bradseg Participações S.A. é uma Companhia por ações de capital fechado regida por Estatuto Social e disposições legais que lhes forem aplicadas e pode, para consecução de seus fins e por critério da Diretoria, instalar ou suprir sucursais, filiais, escritórios e dependências de qualquer natureza no País e no Exterior. Constitui objeto exclusivo da Companhia a participação no Capital Social de outras Companhias que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do Capital Social daquela Instituição. O endereço registrado da sede da Companhia é Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais.

a. Declaração de conformidade e base de preparação

As presentes demonstrações contábeis individuais foram preparadas em conformidade com o padrão contábil adotado no Brasil homologado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação e moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 4 – Aplicações e 10 – Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de apresentar no não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto os depósitos judiciais.

e. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros em consonância aos Pronunciamentos Técnicos, CPCs 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual o Grupo administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se referem à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como, por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

i. Ativos e passivos judiciais e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Provisões para contingências
São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são divulgados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade.

j. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes), ou por apuração de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

k. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor dos ativos financeiros classificados como custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto empréstimos e recebíveis).

l. Normas, alterações e interpretações de normas ainda não adotadas

CPC 50 - Contratos de Seguros
Em maio de 2017, o CPC 50 - Contratos de Seguros substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguros e estabeleceu alterações na mensuração, reconhecimento e divulgação de contratos de seguros aplicando metodologias específicas para cada tipo de contrato. A norma é efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
A Administração avaliou a aplicação inicial do CPC 50 em suas demonstrações financeiras individuais e estimou um aumento de R\$ 0,6 bilhão (1,7%) no patrimônio total em 1º de janeiro de 2023 (redução de R\$ 1,3 bilhão em 1º de janeiro de 2022). O efeito líquido considerando a reclassificação de certos ativos financeiros sob CPC 48 é um aumento de R\$ 1,8 bilhão no patrimônio total em 1º de janeiro de 2023, (o que representa 5,2% em relação ao patrimônio líquido total em 1º de janeiro de 2023).

Contratos no escopo da CPC 50
De acordo com a norma, os contratos que correspondam à definição de contratos de seguros, incluindo contratos de seguros e resseguros emitidos, contratos de resseguros cedidos e contratos de investimento com participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora devem ser mensurados de acordo com as suas regras. Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor. Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor. Contrato de investimento com participação discricionária não são contratos de seguro, mas estão dentro do escopo do CPC 50 se a entidade também emitir contratos de seguro. O Grupo avaliou todos os seus direitos e obrigações e considerou no âmbito das normas os contratos de seguros emitidos, os contratos de resseguros cedidos e os contratos de investimentos com participação discricionária nas suas carteiras de Vida, Previdência, Não Vida e Saúde para atender às definições dadas acima. A norma também define que, após classificar os contratos em seu escopo, uma entidade deve avaliar se esses contratos possuem algum derivativo embutido, componentes distintos de investimento ou um bem distinto ou serviço não seguro. Um componente de investimento é distinto se não estiver altamente inter-relacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição. Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice. O Grupo avaliou os contratos no escopo do CPC 50 e concluiu não haver componentes a serem separados uma vez que: (i) o componente de investimento presente nos contratos de Vida e Previdência está fortemente inter-relacionado com o contrato de seguro e (ii) os bens e os serviços não seguros não são distintos uma vez que os seus fluxos de caixa estão fortemente associados a componente de seguros e a empresa presta um serviço significativo em integrar o bem ou serviços não securitários com o contrato de seguro.
A seguir colocamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do CPC 50:

- A carteira Vida será dividida em três grupos: carteiras Vida Risco Curto Prazo, Vida Risco Longo Prazo e Vida Capitalização. A carteira Vida Risco Curto Prazo contempla uma enorme variedade de produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade com uma duração máxima de três anos.
A carteira Vida Risco Longo Prazo contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade. A duração desta carteira está associada à expectativa de vida dos segurados ou tem uma duração superior a três anos.
A carteira Vida Capitalização contempla produtos com cobertura de riscos de mortalidade, incapacidade e morbidade, além de opções de resgate. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Previdência será dividida em três grupos: Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional e PGBL/VBGL.
A carteira de Previdência com Benefícios Definidos abrange produtos que garantem um pagamento futuro definido quando o segurado atingir a data de aposentadoria. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
A carteira de Previdência Tradicional abrange produtos que garantem uma taxa de juro mínima e atualização monetária tanto no período de diferimento como no pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira do PGBL/VBGL contempla produtos que garantem taxa de juros e atualização monetária apenas no período de pagamento de renda. A duração dessa carteira está associada à expectativa de vida dos segurados.
- A carteira de Saúde será dividida em dois grupos: Saúde e Saúde Dental.
A carteira Saúde considera produtos com cobertura completa de saúde. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de dois anos.
A carteira de Saúde Dental contempla apenas produtos com cobertura de saúde dental. Estes produtos podem ser contratados individualmente (Saúde Individual) ou coletivamente (Saúde Coletiva). Os produtos individuais têm a sua duração associada à expectativa de vida dos segurados e os produtos coletivos têm uma duração máxima de três anos.
- A carteira Não Vida será dividida em dois grupos: Não Vida Longo Prazo e Não Vida Curto Prazo.
A carteira Não Vida Longo Prazo inclui dois produtos: (i) seguro consórcio e (ii) seguro habitacional.
A carteira Não Vida Curto Prazo inclui todos os outros produtos de seguros Não Vida, tais como (mas não limitados a): automóvel, residencial, equipamentos, responsabilidade civil.

Nível de agregação
Para fins de mensuração, o CPC 50 exige que os contratos de seguro sejam agregados com base em riscos semelhantes que são administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras (ou seja, por ano de emissão) e depois divididos em três categorias: grupos de contratos que são onerosos no reconhecimento inicial, grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro um grupo de contratos remanescentes na carteira, se houver. Cada contrato no escopo da norma foi avaliado e classificado de acordo com essas definições; as principais diferenças em relação ao CPC 11 são a separação dos contratos por safras e a separação dos contratos não onerosos e onerosos com perdas decorrentes de contratos onerosos reconhecidas imediatamente no resultado.

Limites do contrato
De acordo com o CPC 50, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato de seguro se resultarem de direitos e obrigações substantivos que existem durante o período de relatório sob o qual a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade pode ser obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado. Para contratos com participação discricionária, os fluxos de caixa estão dentro do limite do contrato se resultarem da obrigação substantiva da entidade de entregar caixa em uma data presente ou futura. O Grupo avaliou os limites contratuais de seus contratos no âmbito do normativo e para (i) contratos de seguro emitidos, (ii) contratos de investimento com participação nos lucros e (iii) contratos de resseguro detidos e não identificou alterações significativas em relação ao que era aplicado sob a perspectiva do CPC 11.

Mensuração
Para mensurar a responsabilidade pela cobertura remanescente de seus contratos de seguro, o Grupo espera aplicar o Modelo de Mensuração Geral, a Abordagem de Taxa Variável e a Abordagem de Alocação de Prêmios, detalhados a seguir.
No Modelo de Mensuração Geral (GMM/BBA), os contratos de seguro emitidos são mensurados no reconhecimento inicial pelo total de: (i) fluxos de caixa futuros estimados, ajustados pelo valor do dinheiro no tempo, e um ajuste de risco não financeiro; e (ii) a margem de serviço contratual do seguro (CSM). O Grupo prevê aplicar o modelo geral às seguintes carteiras: Vida Risco Longo Prazo, Vida Capitalização, Previdência com Benefício Definido, Previdência Tradicional, Saúde Individual, Saúde Dental Individual e Não Vida Longo Prazo.
Como variação do modelo geral, o Modelo de Taxa Variável (VFA) segue os mesmos princípios do modelo geral, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração do CSM. O VFA é aplicado a contratos de participação direta que são contratos de serviços substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. "Itens subjacentes" são definidos como "itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro". Os itens subjacentes podem incluir quaisquer itens; por exemplo, uma carteira de referência de ativos, os ativos líquidos da entidade ou um subconjunto especificado dos ativos líquidos da entidade". A metodologia será aplicada pelo Grupo para a carteira PGBL/VBGL.
Além do modelo geral e do VFA, o CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, a Metodologia de Alocação de Prêmios (PAA). Este modelo simplificado é aplicável a contratos com período de cobertura de um ano ou menos e contratos para os quais o Grupo razoavelmente espera que a medição resultante não difira materialmente daquela sob o modelo geral de medição. Prevê-se a aplicação do modelo simplificado pelo Grupo às carteiras Vida Risco Curto Prazo, Saúde Coletiva, Saúde Dental Coletiva e Não Vida Curto Prazo, por estas carteiras terem períodos de cobertura iguais ou inferiores a um ano ou terem sido submetidas a um teste de aderência realizado pelo Grupo para verificar se o valor do passivo desses contratos medido pelo modelo simplificado é igual ou semelhante ao valor do passivo desses contratos medido pelo Modelo Geral (BBA). Este modelo de alocação de prêmios é semelhante ao modelo de mensuração aplicado no CPC 11.
O Grupo não emite contratos de resseguro; entretanto, possui contratos cedidos a resseguradores e aplicará o Método de Alocação de Prêmios - PAA para mensurar os contratos de resseguros cedidos, uma vez que têm duração menor ou igual a um ano. O Grupo irá mensurar as responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando uma estimativa dos fluxos de caixa de cumprimento que serão trazidos a valor presente.
As principais diferenças da mensuração atual para a nova serão: (1) para a carteira GMM e VFA, o requerimento de considerar o valor esperado dos fluxos futuros no período de cobertura remanescente, um ajuste ao risco, identificar a margem contratual de seguros e, também, segregar contratos onerosos nas Demonstrações Financeiras, (2) para todas as carteiras é a nova a mensuração das responsabilidades por sinistros ocorridos utilizando o valor presente de um fluxo de caixa de pagamento estimado e (3) os direitos e obrigações que emanam de um contrato no âmbito do CPC 50 serão registrados em dois grupos: cobertura remanescente e sinistro ocorrido, desta forma, valores que estão atualmente registrados como ativos com custos diretos de aquisição, os prêmios a receber serão considerados dentro dos outros componentes do contrato.

Taxa de desconto
A taxa de desconto é a taxa usada para refletir o valor do dinheiro no tempo dos fluxos de caixa futuros. Pode ser construído usando uma das duas metodologias: *Top-Down* ou *Bottom-Up*. Na metodologia *Top-Down*, a taxa de desconto é derivada da Taxa Interna de Retorno (TIR) de uma carteira de ativos. Na metodologia *Bottom-Up*, o cálculo da taxa de desconto é baseado em uma taxa livre de risco. Um risco de liquidez é adicionado à taxa livre de risco para obter a taxa de desconto final. O risco de liquidez reflete a compensação que um investidor exigiria pelas diferenças de liquidez entre um contrato de seguros, considerando as opções de resgate, e um ativo de referência.
A taxa de desconto utilizada pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa de todos os produtos segue a abordagem *Bottom-Up*. Não houve alterações significativas nas taxas em relação às taxas utilizadas no CPC 11, pois, nos períodos analisados, o risco de liquidez não foi significativo devido às opções de resgate disponíveis aos clientes.
O Grupo também definiu, conforme requerido pelo normativo, que o efeito das mudanças nas taxas de desconto será alocado diretamente em seus outros resultados abrangentes.

Ajuste de risco (RA)
O Ajuste de Risco (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo definiu que para as carteiras de Vida e Previdência, Não Vida e Saúde Dental será utilizada a metodologia do custo de capital para cálculo do RA, e para as carteiras de Saúde será a metodologia do nível de confiança.
A metodologia de custo de capital é construída com base na multiplicação do capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites por um custo de capital. O capital de risco que a obrigação de seguro exigirá dentro de seus limites é obtido por uma metodologia de aproximação que multiplica o capital de risco atual pela duração dos fluxos de caixa do seguro. O custo de capital é o retorno mínimo que os acionistas exigirão de uma carteira e é obtido por meio da metodologia *Capital Asset Pricing Model* (CAPM).
A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.
O conceito de RA é um novo conceito introduzido pela CPC 50 como parte da mensuração de passivos de contratos de seguro, portanto a totalidade de seu efeito sobre esses passivos representa uma alteração em relação à CPC 11.

Alocação da Margem Contratual de Seguro (CSM)
A margem de contratual de seguro para cada grupo de contratos de seguro é reconhecida no resultado de cada período para refletir os serviços de seguro prestados. O valor da margem de serviço contratual reconhecida em cada período é determinado pela identificação das unidades de cobertura, alocando a margem de serviço contratual no final do período (antes de reconhecer qualquer lançamento no resultado para refletir os serviços prestados naquele período) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no período corrente e que se espera que venha a ser prestada no futuro e reconhecendo no resultado o valor alocado às unidades de cobertura prestadas no período.
Para os grupos de contratos medidos pelo Modelo Geral (GMM) e pela Abordagem da Taxa Variável (VFA), a alocação da Margem de Serviço Contratual é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao abrigo do contrato.
O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar os serviços de contrato de seguro prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As bases para determinação do valor das coberturas prestadas para cada produto para apropriação do CSM foram determinadas com base nas saídas (sendo saídas, somatório de sinistros projetados, comissões, despesas operacionais e administrativas).
Esta é uma alteração significativa trazida pelo CPC 50, uma vez que o conceito de CSM não era aplicável no CPC 11 conforme anteriormente aplicado pelo Grupo.

Transição
Os impactos decorrentes da adoção do CPC 50 devem ser reconhecidos retrospectivamente, com base na abordagem retrospectiva completa, a menos que isso seja impraticável, caso em que a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo podem ser utilizadas. No entanto, se a entidade não tiver informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos sob a abordagem retrospectiva modificada, ela deve usar a abordagem do valor justo.
O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa será adotada para contratos de seguro que serão medidos de acordo com o PAA.
Para os contratos mensurados pelo GMM, o Grupo determinou que utilizará a abordagem de transição de valor justo para as safras de contratos nas carteiras: Vida Capitalização, Previdência com Benefícios Definidos, Previdência Tradicional e Não Vida Longo Prazo - Habitacional emitidos até 2017; para as carteiras de Saúde Individual e Não Vida Longo Prazo - Consórcio emitidas até 2018; para as carteiras de Vida Risco Longo Prazo até 2019 e para as carteiras de Saúde Dental Individual até 2020, e a abordagem de transição retrospectiva completa para as dessas carteiras emitidas após essas datas. Para contratos mensurados usando a abordagem de taxa variável, a abordagem de transição de valor justo é usada para as safras emitidas até 2019, e a abordagem de transição retrospectiva completa é usada para as safras de contratos emitidas após esta data. A decisão de utilizar a abordagem de valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.
Sob a abordagem do valor justo, a margem contratual do serviço na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

Apresentação e divulgação
O CPC 50 exige novas divulgações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, incluindo reconciliações contratuais detalhadas, efeitos de novos contratos reconhecidos, bem como divulgações sobre julgamentos significativos feitos em sua aplicação. Há também divulgações ampliadas sobre a natureza e extensão dos riscos em contratos de seguro, resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. De maneira geral, o CPC 50 exige um nível mais granular de divulgações, trazendo maior transparência para avaliar os efeitos dos contratos de seguro nas demonstrações financeiras, quando comparado ao exigido pelo CPC 11.

Redesignação de ativos
De acordo com a norma, uma empresa pode reavaliar a atual designação de seus ativos mensurados de acordo com o IFRS9, na data de aplicação inicial do CPC 50, caso esses ativos estejam relacionados a contratos de seguro no escopo do CPC 50. Essa redesignação é baseada em uma mudança no modelo de negócio do ativo obtida por meio do teste de Pagamento Único de Principal e Juros para proteger a empresa dos efeitos financeiros desta nova normativa.
O Grupo avaliou os efeitos do CPC 50, principalmente os relacionados a mudanças na taxa de desconto aplicada e, reavaliou seu modelo de negócios de ativos relacionados. A reavaliação decorre de uma reclassificação do modelo de negócios entre os ativos utilizados para proteger a carteira de Vida e Previdência e Saúde. Nessa reclassificação o Grupo diminuiu o valor dos ativos mensurados pelo Custo Amortizado e aumentou o valor dos ativos mensurados pelo Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes. A principal razão para esta reclassificação é a alteração na metodologia da avaliação dos passivos de seguros que passam a ter seus descontos alinhados à taxa de mercado.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução
A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e mercado, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.
A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado à Companhia.
No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.
O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tangue a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados, e para assegurar uniformidade ao processo, há regulamentos e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além os assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.
Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar assuntos relacionados, entre outros, aos riscos que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de crédito
O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações da contraparte.

Gerenciamento do risco de crédito
O gerenciamento do risco de crédito é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Exposição ao risco de crédito
O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia.

	2022		2021	
	AAA (*)	A	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
Aplicações/Rating				
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.837.815	129.506	-	2.967.321
Título de renda fixa privado	2.404.827	129.506	-	2.534.333
Título de renda fixa público	432.988	-	-	432.988
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	317.231	-	2.435.490	2.752.721
Título de renda fixa público	317.231	-	-	317.231
Título de renda variável	-	-	2.435.490	2.435.490
Total	3.155.046	129.506	2.435.490	5.720.042

c. Risco de liquidez
Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Gerenciamento do risco de liquidez
O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.
O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Exposição ao risco de liquidez
O quadro a seguir apresenta as exposições da Companhia:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	5.409.656	223.607
Fluxo de 4 a 12 meses	46.130	15.340
Fluxo de 13 a 60 meses	190.510	5.135.634
Fluxo acima de 60 meses	387.158	117.770
	6.033.454	5.492.351

d. Risco de mercado
O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Gerenciamento do risco de mercado
O gerenciamento do risco de mercado é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites
As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.
As carteiras de investimentos financeiros da Companhia e suas controladas consistem em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.
Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado
As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de *Stress Testing* considerando perda histórica do índice Ibovespa acumulada em janelas móveis de 21 d.u., com foco em perdas extremas diante de cenários de crise (condições de imprevisibilidade e alto impacto).
A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.



BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos	109.34	
Taxa de câmbio R\$/US\$	13,41%	
Taxa prefixada de 1 ano	6,64%	
Cupom de IPCA de 1 ano	6,88%	
Cupom de IGP-M de 1 ano		

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam os seguintes:
Fatores de risco

Exercício	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro/2022	(19)	(282)	(14.013)	(14.315)	(14.072)

Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros

Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços

Exposições sujeitas à variação do preço de ações

e. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

O gerenciamento do risco operacional é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação, é aprovado pelo Conselho de Administração da Organização Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2022	%	2021	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.967.321	51,88%	5.584.903	52,85%
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.967.321	51,88%	5.584.903	52,85%
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.752.721	48,12%	4.983.444	47,15%
Títulos de renda variável - ações	2.435.490	42,58%	4.621.873	43,73%
Letras do tesouro nacional	-	0,00%	34.643	0,33%
Notas do tesouro nacional	317.231	5,54%	326.928	3,09%
Total	5.720.042	100,00%	10.568.347	100,00%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos.

	2022						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.534.333	11.524	45.252	376.212	2.967.321	2.967.267	54
Quotas de fundos de investimentos	2.510.043	-	-	-	2.510.043	2.510.043	-
Letras financeiras do tesouro	-	11.524	45.252	376.212	432.988	432.934	54
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- Op. Compromissadas/outros (ii)	24.290	-	-	-	24.290	24.290	-
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.435.490	-	-	317.231	2.752.721	3.939.291	(1.186.570)
Ações (i)	2.435.490	-	-	-	2.435.490	3.551.981	(1.116.491)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	317.231	317.231	387.310	(70.079)
Total	4.969.823	11.524	45.252	693.443	5.720.042	6.906.558	(1.186.516)

	2021						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Valor justo	Valor do investimento atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	3.771.506	397.026	507.222	909.149	5.584.903	5.583.918	985
Quotas de fundos de investimento	3.681.538	-	-	-	3.681.538	3.681.538	-
Letras financeiras do tesouro	-	397.026	507.222	909.149	1.813.397	1.812.354	1.043
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
- Op. Compromissadas/outros (ii)	89.968	-	-	-	89.968	90.026	(58)
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	4.656.516	-	-	326.928	4.983.444	5.466.697	(483.253)
Ações (i)	4.621.873	-	-	-	4.621.873	5.059.329	(437.456)
Quotas de fundos de investimentos	34.643	-	-	-	34.643	30.478	4.165
Notas do tesouro nacional	-	-	-	326.928	326.928	376.890	(49.962)
Total	8.428.022	397.026	507.222	1.236.077	10.568.347	11.050.615	(482.268)

(i) Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 3.776.759 mil (R\$ 5.152.457 mil em 2021), o que representou a realização da mais-valia no montante de R\$ 315.959 mil (mais-valia de R\$ 1.460.836 mil em 2021).

(ii) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	2.943.031	24.290	2.967.321	5.494.935	89.968	5.584.903
Quotas de fundos de investimentos	2.510.043	-	2.510.043	3.681.538	-	3.681.538
Letras financeiras do tesouro	432.988	-	432.988	1.813.397	-	1.813.397
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
- Op. Compromissadas/outros (i)	-	24.290	24.290	-	89.968	89.968
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.752.721	-	2.752.721	4.983.444	-	4.983.444

7. Participações Societárias

As participações societárias estão assim apresentadas:

	Bradesco Seguros S.A.	Bradesco Segprev Investimentos Ltda. (i) e (ii)	Bradesco Corretora de Seguros Ltda. (ii)	Bradesco Gestão de Saúde S.A.	Sociedades de propósito específico (i)	Fleury S.A.	Bradesco Saúde S.A.	Bradesco Saúde Operadora de Planos S.A.	CBGS Companhia Brasileira de Serviços S.A.	Novamed Gestão de Clínicas Ltda.	Bradesco Diagnósticos em Saúde Part S.A.	Atlântica Hospitais Participações S.A.	Total
Dados 31 de dezembro de 2022													
Capital social	6.100.000	2.865.434	288.785	12.672.471	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações/cotas possuídas:													
- ON	732.577	3.104.218.685	288.785.133	12.251.025.597	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual de participação na data-base	93,66%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total de ativos	14.106.649	5.650.364	378.511	12.077.949	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de passivos líquidos de provisões judiciais	934.213	12.560	21.321	7.108	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões judiciais	401.879	-	14.059	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	12.770.557	5.637.804	343.131	12.070.841	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das receitas	4.939.289	811.020	23.790	828.484	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	4.295.162	791.969	14.194	816.619	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021	12.589.900	5.495.421	-	-	1.206.372	8.886.633	163.599	130.641	589.216	-	-	-	29.061.782
Aumento de capital	9.938	-	-	150.001	-	-	-	-	-	-	420.250	5.000	585.189
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	197.535	-	379.069
Transferência de investimentos	95.062	(187.836)	92.774	11.687.538	(1.179.809)	(8.787.767)	(168.824)	(315.425)	(577.394)	(654.870)	-	(3.449)	-
Ações em tesouraria reconhecidas em controlada	-	-	-	(75.476)	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.476)
Outorga de ações reconhecidas em controlada	-	-	-	1.599	-	(7.545)	(1.011)	-	-	-	(222)	-	(7.179)
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	1.639	-	-	-	1.639
Ajustes com títulos e valores mobiliários													
- coligadas e controladas	(4.169.263)	(1.349)	(315)	(746.594)	-	(518.556)	(45)	-	-	-	-	-	(5.436.122)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(523.472)	(152.304)	(25)	(5.634)	(51.992)	-	-	-	-	-	-	-	(733.427)
Resultado de equivalência patrimonial	2.201.582	641.274	1.313	593.099	32.974	420.701	5.270	1.611	(11.822)	37.307	(1.551)	-	3.921.758
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.203.747	5.795.206	93.747	11.604.533	-	-	-	-	-	-	-	-	27.697.233
Aumento de capital	-	-	-	320.000	4.219	-	-	-	-	-	-	-	324.219
Transferência de investimentos (i) (ii)	-	(234.566)	238.785	-	(4.219)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria reconhecidas em controlada	-	-	-	(78.264)	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.264)
Outorga de ações reconhecidas em controlada	-	-	-	2.505	-	-	-	-	-	-	-	-	2.505
Ajustes com títulos e valores mobiliários													
- coligadas e controladas	(1.274.429)	3.292	(3.033)	270.244	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.003.926)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(955.955)	(618.400)	(135)	(165.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.739.490)
Resultado de equivalência patrimonial	4.859.141	791.969	13.767	813.772	-	-	-	-	-	-	-	-	6.478.649
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.832.504	5.737.501	343.131	12.767.790	-	-	-	-	-	-	-	-	31.680.926

(i) Em agosto de 2022, o acionista Banco Bradesco S.A. aumentou o capital social na Companhia dando sequência à reestruturação para as SPE's que deverão ficar sob a gestão do Grupo Segurador/BSP, vide detalhes na Nota Explicativa 11b.

(ii) Em 16 de dezembro de 2022, a Cia investida Bradesco Segprev Investimentos Ltda., reduziu o capital social entregando para a acionista Bradseg Participações S.A. o Investimento detido de R\$ 238.785 da Cia Kirton Corretora de Seguros S.A. e, em 30 de dezembro de 2022 a Bradseg aumentou o capital na investida Bradesco Corretora de Seguros em R\$ 238.785 mediante a capitalização do investimento adquirido da Segprev.

8. Obrigações a pagar

	2022	2021
Dividendos a pagar	4.858.973	10.114.134
Pagamentos a efetuar pela compra de ações	223.207	-
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	15.341	10.818
Outras obrigações	117.874	15.141
Total	5.215.395	10.140.093

9. Impostos e contribuições

	2022	2021
Imposto de renda	278.796	12.155
Contribuição social	(2.136)	810
Total	276.660	12.965

10. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I. Obrigações legais

A Companhia é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição, acrescido de juros e atualização monetária.

PIS/COFINS - Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela empresa objetivando assegurar o direito de calcular e recolher o PIS e a COFINS nos termos da Lei 9.718/98 - Valor provisionado de R\$ 549.209 (R\$ 428.540 em 31 de dezembro 2021), com depósito judicial no valor de R\$ 535.968 (R\$ 423.233 em 31 de dezembro 2021) - O processo encontra-se em julgamento e está classificado como perda possível.

II. Passivos Contingentes:

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$ 13.587, para os processos fiscais. O principal processo com essa classificação é o seguinte:

a) Auto de Infração no valor atual de R\$ 5.343, decorrente de IRRF sobre JCP, relativos ao período de dezembro/2000. Aguardando distribuição do Recurso Voluntário no CARF desde 21/12/2016 (fase administrativa).

b) Saldo negativo de IRPJ valor atual de R\$ 3.638 - Processo aguardando retorno de diligência para julgamento na DRJ desde 10/04/2015 (fase administrativa).

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	433.151	797	433.948
Constituições líquidas de reversões e baixas	73.573	10	73.583
Atualização monetária	47.379	-	47.379
Saldo em 31 de dezembro de 2022	554.103	807	554.910

	Fiscais	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	323.733	774	324.507
Constituições líquidas de reversões e baixas	95.186	23	95.209
Atualização monetária	14.232	-	14.232
Saldo em 31 de dezembro de 2021	433.151	797	

BRADSEG PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.863.655/0001-19

	Receitas		Despesas	
	2022	2021	2022	2021
Banco Bradesco S.A. (controlador) (d).....	-	-	-	(201)
Fleury S.A. (coligada) (e).....	-	16.738	-	-
Total	16.738	16.738	-	(201)

- (a) Refere-se a saldo em conta-corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.
- (b) Dividendos a receber.
- (c) Dividendos a pagar.
- (d) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.
- (e) JCP recebidos.
- (f) Acionista se retirou da sociedade em 29.04.2022 e foi incorporada em 21.07.2022 pela Bradesco Holding Investimentos Ltda.

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
- A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
- Foi determinado o valor máximo de R\$ 27.000, líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 19.700 para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	2022	2021
Proventos	31.564	22.500
Encargos sociais	7.102	4.500
Planos de previdência complementar de contribuição definida	21.500	16.431
Total	60.166	43.431

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

13. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas Administrativas

	2022	2021
Despesas com pessoal próprio:.....	(60.244)	(44.255)
- Honorários da administração	(32.290)	(23.182)
- INSS/FGTS	(6.458)	(4.643)
- Planos de previdência privada	(21.496)	(16.430)
Despesas com donativos e contribuições	(4.220)	(1)
Despesas com serviços de terceiros	224	(3.848)
Despesas com localização e funcionamento	(33)	(1.204)
Despesas com publicações	(95)	(208)
Despesas administrativas diversas	(23)	(22)
Total	(64.391)	(49.538)

b. Despesas tributárias

	2022	2021
Despesas com PIS	(10.518)	(13.628)
Despesas com COFINS	(63.057)	(81.558)
Impostos Federais	(115)	(5.941)
Outras despesas com tributos	(5)	(9)
Total	(73.695)	(101.136)

c. Resultado financeiro

i.- Receitas financeiras

	2022	2021
Receitas com títulos de renda fixa	867.190	210.456
Receitas com títulos de renda variável	-	2
Receitas com títulos de renda variável - ações.....	544.150	2.010.629
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	47.379	14.232
Outras receitas financeiras.....	23.732	19.296
Total	1.482.451	2.254.615

ii. - Despesas financeiras

	2022	2021
Despesas com títulos de renda fixa	(54.738)	-
Despesas com títulos de renda variável	(1)	(1)
Despesas com títulos de renda variável - juros sobre capital próprio, dividendos e ações	(245.556)	(159.059)
Taxa de gestão de fundos	(634)	(230)
Atualização monetária de contingências passivas	(47.379)	(14.232)
Outras despesas financeiras	(299)	(34.386)
Total	(348.607)	(207.908)
Total geral	1.133.844	2.046.707

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no exercício sobre adições temporária	61.488	34.078
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(280.407)	(613.397)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(218.919)	(579.319)

14. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Resultado antes de impostos e participações	7.366.180	5.772.772
- Adições	270.285	1.035.286
- Exclusões	(6.803.210)	(5.096.795)
Lucro tributável	833.255	1.711.263
- Tributos correntes.....	(283.306)	(581.830)
- Tributos diferidos.....	61.488	34.078
- Incentivos Fiscais	2.900	-
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos.....	(1)	(31.567)
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(218.919)	(579.319)
Alíquota efetiva.....	2,97%	10,04%

15. Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo aos Temas 881 e 885 (decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada"). Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia efetuou suas análises e avaliou que a referida decisão não gera impactos nas demonstrações financeiras de 31/12/2022.

DIRETORIA

Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Presidente
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor de Controladoria Corporativa
Gedson Oliveira Santos	Diretor Corporativo de Tecnologia da Informação e Dados
Vinicius Marinho da Cruz	Diretor Fiscal Corporativo
Estevão Augusto Oller Scipilliti	Diretor
Antonio Alexandre Arias	Diretor
Marcelo de Souza Monteiro	Diretor

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Trabuco Cappi	Presidente	Octavio de Lazari Junior	Membro	João Batista Zorzete
Samuel Monteiro dos Santos Junior	Vice-Presidente	Mauricio Machado de Minas	Membro	Contador
Milton Matsumoto	Membro	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Membro	CRC 1SP248285/O-9
Alexandre da Silva Gluher	Membro			

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da Bradseg Participações S/A

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Empresa e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradseg Participações e suas controladas: Atlântica Hospitalares Participações S/A, Bradesco Diagnóstico em Saúde S/A, Bradesco Gestão de Saúde S/A, Bradesco Corretora de Seguros Ltda, Bradseg Promotora de Vendas e Novamed Gestão de Saúde Ltda, e, em atendimento a Resolução Susep 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidenciamento das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidenciamento das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela Susep, com evidenciamento das deficiências detectadas.

Atividades do Comitê

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do ano de 2022, o Comitê, nesse sentido, desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regimento, que incluiu 47 reuniões, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; e (iv) avaliação da qualidade e integridade das demonstrações financeiras; e (v) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelas Empresas. Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD teve a oportunidade de apresentar a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas. Recomendamos, ainda, o acompanhamento por parte da Auditoria Interna do conglomerado Bradesco e da Auditoria Externa KPMG

dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2022, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela auditoria interna, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos e, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é da Administração das empresas. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas. A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações financeiras, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade das Empresas ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2022 estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Alphaville, 29 de março de 2023

Alexandre da Silva Gluher - Coordenador	Roberto Wastenberg - Membro
Paulo Pereira Ferreira - Membro	Paulo Sergio Rodrigues - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

A Administração e Acionistas da Bradseg Participações S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Bradseg Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradseg Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria

- Comunicamos-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028567/F

Cláudio Rogério Sertório
Contador - CRC 1SP212059/O-0

